



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA  
GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS**

**UMA APROXIMAÇÃO AOS PROCESSOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA  
ALDEIA OLHO D'ÁGUA DO JULIÃO, TACARATU-PE**

**SYLVIA SEVERIANO CORREIA**

**BRASÍLIA - DF  
2023**

**UMA APROXIMAÇÃO AOS PROCESSOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL  
NA ALDEIA OLHO D'ÁGUA DO JULIÃO, TACARATU-PE**

**SYLVIA SEVERIANO CORREIA**

Monografia apresentada ao curso de Gestão de Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão de Agronegócios.

Orientadora: Profa. Dra. Mireya Eugênia Valencia Perafán

BRASÍLIA - DF  
2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pela autora

SC824a      CORREIA, SYLVIA SEVERIANO  
              UMA APROXIMAÇÃO AOS PROCESSOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA NA  
ALDEIA OLHO D'ÁGUA DO JULIÃO, TACARATU-PE / SYLVIA SEVERIANO  
CORREIA; orientador Mireya Eugênia Valencia Perafán. --  
Brasília, 2023.  
              44 p.

              Monografia (Graduação - Gestão de Agronegócios) --  
Universidade de Brasília, 2023.

              1. Agricultura familiar. 2. Inclusão produtiva. 3.  
Indígenas. I. Perafán, Mireya Eugênia Valencia, orient. II.  
Título.

**UMA APROXIMAÇÃO AOS PROCESSOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL  
NA ALDEIA OLHO D'ÁGUA DO JULIÃO, TACARATU-PE**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Mireya Eugenia Valencia Perafán  
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da UnB  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Armando Fornazier  
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da UnB  
(Examinador)

---

Andrea Restrepo Ramirez  
Doutoranda Geografia UnB  
Analista Técnica SEBRAE Nacional

Dedico esta pesquisa a minha família e amigos que me ajudaram nesta trajetória, nada seria possível sem vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer com muito amor e carinho os meus pais, Odete e Silvio, estes que independentemente da ocasião estão sempre apoiando e me ajudando com tudo que preciso. Quero seguir agradecendo meus primos Sheley e Wesley por toda ajuda e disponibilidade desde o início da graduação quando eu ainda estava aprendendo a lidar com toda essa responsabilidade.

Agradecer minhas tias Aline e Alane pela ajuda na pesquisa em campo, sem elas estaria sem norte para concluir. Além das minhas avós Joaquina e Tereza por todas as palavras que contribuíram para a pessoa que sou hoje. Primas e amigas, Victória, Laura, Giovanna e Bruna que me ajudaram a distrair em momentos difíceis com diversão para espalhar a mente, foi essencial para eu não desistir no meio do caminho. Aos meus colegas de trabalho que tanto me apoiaram sendo Renata, Nadine, Sandra, Luciana, Moraes, Marilene, Daniele, muito obrigada.

Agradeço imensamente aos meus amigos de curso, Lauanda, Rodrigo, Moema e Mateus por todo o companheirismo que só me fortaleceu para que eu chegasse até aqui, e por fim a todos os professores que encontrei pelo caminho, como o professor Jaim que sempre em prontidão me ajudou com minhas dúvidas e problemas, também a minha orientadora professora Dra. Mireya Eugênia que tanto me identifiquei desde o início do curso, seus conhecimentos sobre o tema foram essenciais, obrigada pela disponibilidade, paciência e motivação em todos os momentos.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a política pública de inclusão produtiva rural na Aldeia Olho D'água do Julião onde mora o povo indígena Entre serras Pankararu localizada no município de Tacaratu-Pe. Um segundo aspecto foi identificar se os serviços e programas oferecidos nessa localidade levam em consideração as particularidades dessa comunidade indígena. Para isto, foi feita uma pesquisa qualitativa utilizando como principal instrumento de campo a entrevista semiestruturada com atores chaves da aldeia, observação em campo e revisão bibliográfica relacionada com a temática da inclusão produtiva. Após a pesquisa em campo e as análises feitas, foi possível concluir que as políticas de inclusão produtiva com relação a produção seja ela de autoconsumo, comercialização ou compras institucionais chegam à população e a maioria tem ou já teve acesso mesmo que exista uma baixa cobertura dessas políticas na Aldeia, além da deficiência em assistência à população e já as políticas de para as condições básicas que se fazem importante para haver uma total inclusão produtiva são deficientes, não atendem toda a população.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Inclusão produtiva. Indígenas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Município de Tacaratu-PE com relação ao Brasil .....	21
Figura 2 – Município de Tacaratu com relação ao estado de Pernambuco-PE.....	21
Figura 3 – Mapa das Aldeias e a divisão municipal .....	23
Figura 4 – Ritual Toré .....	24
Figura 5 – Fruto Imbu ou Umbu .....	24
Figura 6 – Primeira nascente .....	26
Figura 7 – Segunda nascente .....	26
Figura 8 – Cocho para retirada da água.....	26
Figura 9 – Poço artesiano .....	27
Figura 10 – Reservatório de água do poço artesiano .....	27
Figura 11 – Cisterna .....	28
Figura 12 – Cisterna .....	28
Figura 13 – Cisterna inutilizada.....	29
Figura 14 – Vazamento na encanação.....	29
Figura 15 – Posto de saúde indígena.....	30
Figura 16 – Escola Estadual Indígena Princesa Isabel- Extensão Bom Jesus .....	31
Figura 17 – Encontro COPIPE.....	31
Figura 18 – Reunião COPIPE.....	32
Figura 19 – Parcela de povos indígenas presentes na COPIPE.....	32
Figura 20 – Parcela de povos indígenas presentes na COPIPE.....	32
Figura 21 – Feijão de corda, feijão Andu e feijão de “arranca” (carioca) .....	34
Figura 22 – Colheita do feijão de corda .....	34
Figura 23 – Cultura do feijão Andu .....	34
Figura 24 – Cultura do feijão de feijão de “arranca” (carioca) .....	35
Figura 25 – Cultura do milho.....	35
Figura 26 – Produção de milho e feijão .....	35



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Povos indígenas em Pernambuco-PE. ....	19
Quadro 2 – Entrevistados e suas funções. ....	20

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos benefícios .....	367
--	-----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

FUNAI- Fundação Nacional dos Povos Indígenas

FUNASA- Fundação Nacional de Saúde

IP- Inclusão Produtiva

IPR -Inclusão Produtiva Rural

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MDA -Ministério de Desenvolvimento Agrário

PCTs: Povos e Comunidades Tradicionais

PNATER -Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PBSM: Programa Brasil Sem Miséria

TI: Terra indígena

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Inclusão Produtiva .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Rota da Inclusão Produtiva do Programa Brasil Sem Miséria .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 Definição de povos e comunidades tradicionais .....</b>	<b>19</b>
<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Caracterização do Local de Pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>25</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>42</b>
<b>Apêndice A – Termo de Autorização da Pesquisa.....</b>	<b>42</b>
<b>Apêndice B – Roteiro das entrevistas realizadas com a comunidade da aldeia .....</b>	<b>43</b>
<b>Apêndice C – Roteiro das entrevistas realizadas com os líderes da aldeia.....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

Conforme os dados do Censo Demográfico de 2010, no Brasil existe uma riquíssima diversidade de etnias indígenas (305) que se comunicavam em 274 línguas diferentes (IBGE, 2010). Resultados preliminares do Censo de 2022 (IBGE, 2010) indicam que no Brasil há 1.652.876 indígenas, número significativamente maior aos reportados em 2010 (896,9 mil pessoas). Os dados do Censo 2022 sobre as comunidades indígenas ainda não foram divulgados, mas sabia-se, pelas informações de 2010, que do total censado nesse ano 324.834 moravam nas cidades e 572.083 nas áreas rurais.

Esse contingente de povos indígenas está distribuído nas cinco regiões do Brasil, sendo que as maiorias se encontram localizados nas Regiões Norte e Nordeste (Funai, 2020). Na região Norte contava com 37,4% do total censado em 2010 e deles 55% localizados no Estado do Amazonas (Funai, 2020). Já na região Nordeste há cerca de 25,5% da população, havendo uma maior concentração no estado da Bahia (Funai, 2020).

Apesar dessa diversidade e a relevância de essas comunidades para o país, as condições de vida delas é bastante precária. Entre os grupos em maior situação de vulnerabilidade no Brasil encontram-se os grupos indígenas, junto com as comunidades negras e as mulheres cabeça de família (Rede PENSSAN, 2022).

Especificamente no Nordeste, onde se encontra a maior população em termos absolutos com 106.150 mil indígenas (Funai, 2020) e onde há uma grande beleza natural e cultural, é uma região onde ainda há necessidade de políticas públicas para que esses povos possam alcançar melhores condições de vida. Estes, muitas vezes são discriminados, invisibilizados o que os coloca em situação de extrema vulnerabilidade por não ter acesso a serviços sociais, econômicos e de participação no mercado de trabalho, piorado tudo isso com a grave situação de insegurança alimentar.

Por isso há uma necessidade de implantação de políticas públicas, sociais e produtivas, capazes de suprir as necessidades dessa população, levando em consideração os aspectos que favoreçam a geração de renda e que propiciem a segurança alimentar de toda a população. Nesse sentido, o interesse deste trabalho é investigar sobre uma política pública específica que no período de 2011 a 2014 propôs uma rota de inclusão produtiva rural, com o objetivo de chegar às populações mais carentes nas áreas rurais serviços públicos, incentivos para a produção, vinculação a mercados, entre outros.

Especificamente será estudado o povo indígena Entre serras Pankararu da Aldeia Olho d'água do Julião localizados no Estado de Pernambuco no município de Tacaratu. Esse município detém parte da população e das terras indígenas nesse estado, além dos municípios de Jatobá e Petrolândia.

O objetivo geral da pesquisa foi: identificar quais instrumentos da política pública da inclusão produtiva rural foram levados até a aldeia Olho D'água do Julião e se foram implementados de maneira coordenada, ou seja, uma integração de políticas para que em conjunto pudesse obter um maior aproveitamento. A pergunta que orientou o trabalho foi quais são os instrumentos de Inclusão produtiva que beneficiam ao povo indígena Entre Serras Pankararu da Aldeia Olho d'água do Julião? De maneira específica tratou-se saber se essa proposta de IPR chegou a essa aldeia levando em conta as particularidades desse povo indígena.

O principal motivo de estudar essa temática nessa localidade é a relação de parentesco que a autora deste TCC tem com famílias da Aldeia Olho D'água do Julião. Esse vínculo com a região despertou o interesse por tentar compreender melhor as especificidades da comunidade, além do interesse no tema políticas públicas desde o início da graduação. Também é uma oportunidade de observar e vivenciar na prática o tema abordado. Por fim, a possibilidade de a aldeia ter uma visibilidade e reconhecimento e poder ajudar na atuação de políticas na região.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, depois de abordar o conceito de inclusão produtiva, descreve-se a política pública da Rota da Inclusão Produtiva Rural (IPR) do Programa Brasil sem Miséria e se faz uma breve descrição sobre o que se entende por povos e comunidades tradicionais.

### 1.1 Inclusão Produtiva

Como explicado por Sousa (2019), o termo inclusão produtiva ganhou destaque no Brasil a início dos anos 2000 com os programas de fortalecimento à agricultura familiar, mas toma maior força em 2010 quando é criada a Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que posteriormente é substituída pela Secretaria Extraordinária de Combate à pobreza extrema e as ações de inclusão produtiva são incorporadas a outras entidades e políticas públicas como é o caso do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que assume dois eixos do Programa Brasil sem Miséria (PBSM), como será explicado mais adiante.

Alguns autores questionam que o termo inclusão produtiva não tem uma definição ou não há um acordo sobre seu significado. Como abordado por Sousa (2019) há diferentes interpretações vindas tanto dos criadores das políticas quanto de autores que abordam este tema. Acabam tendo uma interpretação generalizada que pode afetar como a política pública chega naquela região, podendo até limitar os aspectos de formulação e execução.

Por outro lado, apesar de não obter uma definição sólida, para Sousa e Nierdele (2021) há um consenso que o termo tem diversas dimensões e interpretações que se aproximam uma das outras, justificando a inclusão em vários aspectos. O termo inclusão produtiva se tornou um “mantra para a ação do Estado no meio rural brasileiro, para superar a miséria, assegurar renda, sustentar os níveis de emprego, fortalecer as comunidades, reduzir o peso das políticas sociais, e até mesmo para salvar os recursos naturais de um suposto (e criticável) ‘círculo vicioso da pobreza’” (SOUSA; NIERDELE, 2021, p. 13).

A definição de inclusão produtiva por Vahdat et al., (2019) é parecida com a ideia de Sousa e Nierdele (2021) sendo indicado como um desafio que as políticas têm de oportunidades de trabalho erradicando a pobreza para a promoção de melhor qualidade de vida, proporcionando autonomia às comunidades.

Os agricultores já consolidados, ou seja, aqueles que devido a terem condições básicas para sobrevivência e já ter um contato maior com a rede de contatos voltado ao mercado agroalimentar, são os que obtêm maior aproveitamento das políticas públicas de inclusão produtiva. Assim, os agricultores que têm menor oportunidade de garantir os direitos básicos, normalmente são beneficiados, como informado por Sousa e Nierdele (2021) por políticas públicas que não são integrativas às políticas agrícolas, há então uma falta de articulação.

Sendo assim, é necessário entender a inclusão produtiva como um processo multidimensional, que não resulte somente nas transferências de renda para erradicar a pobreza e a extrema pobreza no meio rural. Para Favareto *et al.* (2022) a simples ausência das condições básicas de saúde, infraestrutura e alimentação já incapacitam no quesito trabalho e geração de renda. “A pobreza é uma situação de privação de acesso a bens e serviços fundamentais à vida humana. É impossível separar essas dimensões” (FAVARETO *et al.* 2022, p. 12).

Ainda Favareto *et al.* (2022) dizem que não se pode excluir as questões ambientais, portanto aumentar o ingresso produtivo da população não pode ser às custas de degradação ambiental, tem que tomar cuidado com a não extinção dos modos de vida, perda da vida biológica local e nem cultural, ainda mais quando se trata da cultura indígena que deve ser preservada.

## **1.2 Rota da Inclusão Produtiva do Programa Brasil Sem Miséria**

O Programa Brasil sem Miséria foi lançado em junho de 2011 e apresentado como a principal iniciativa para combate à fome pela Presidência da República (FAVARETO, 2019). Segundo Mello (2015) este programa visava vencer as condições de pobreza e a extrema pobreza para além da perspectiva monetária e incluiu entre seus princípios o aumento de capacidades e oportunidades do público mais vulnerável como questão essencial para o alcance de resultados mais certos.

Abordado por Mello (2015), o Programa Brasil Sem Miséria foi plano do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) entre os anos de 2011 a 2014, a fim de obter uma intersectorização do Estado tendo em vista as diversas dimensões da pobreza. Assim elaborado por ações de assistência técnica especializada, recursos para investir nas propriedades, ampliação do acesso à água e energia elétrica e apoio à comercialização da produção por meio de compras públicas e privadas.



Conforme estudo feito por Favareto (2019) o PBSM foi estruturado por quatro eixos. O primeiro deles foi a busca ativa para localizar e unificar o cadastro dos beneficiários que por conta dos dados dispersos em diversos ministérios acabavam por causar descontrole na gestão de recursos, dificuldades na organização de informações e monitoramento. Os outros três eixos foram inclusão produtiva, acesso a serviços públicos e garantia de renda.

Entre as atividades implementadas são destacadas: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); os programas Água para Todos e Luz para Todos e o Programa Bolsa Verde (MELLO *et al.*, 2015). No eixo serviços públicos, inclui-se o programa água para todos (MELLO *et al.*, 2015) mediante o Programa de Cisternas que já era executado em anos anteriores, mas que o MDS conseguiu fazer com que tivesse maior alcance e capacidade de execução, tanto que no período da duração do PBSM as metas foram superadas (MELLO *et al.*, 2015, p. 23).

As cisternas de água para consumo humano garantem água para beber, cozinhar para a higiene pessoal, enquanto as tecnologias de água para produção possibilitam a produção de alimentos e a criação de animais, que podem ser consumidos gerar excedentes a serem comercializados, propiciando renda e melhorando a vida das famílias.

Junto ao programa água para todos, também foi implantado o programa Luz para todos que para Favareto (2019) consistia em negociação com as empresas concessionárias de serviços de provimento de energia em zerar o déficit de acesso durante a duração do programa. O eixo garantia de renda foi marcado pelas transferências de renda como o Programa Bolsa Família que foram fundamentais para se formular a base para a rota de inclusão produtiva criada pelo PBSM” (FAVARETO, 2019).

O programa Bolsa Verde teve como base as transferências de renda para agricultores familiares que fizessem agricultura sustentável compatível á conservação ambiental, para Mello *et al.* (2015, p. 27):

[...] “Além de remunerar as famílias mais pobres pelos serviços de conservação dos recursos naturais, elevando a renda e melhorando suas condições de vida, o programa funciona como um catalisador para a chegada de outras políticas voltadas para o atendimento das demandas e vulnerabilidades das populações que vivem nessas áreas e contribuem para a preservação dos seus ativos ambientais”.

Uma das maiores dificuldades das famílias em situação de vulnerabilidade é a comercialização dos seus produtos excedentes, por isso entrou em questão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) antes já implantado em 2003, mas que o MDS aprimorou no , PBSM, que conforme Mello et al., (2015) atua como:

[...] “Compra Institucional, que ampliou as possibilidades de mercado para agricultura familiar ao permitir que o Governo Federal, os estados e os municípios comprassem, sem a necessidade de licitação, a produção dos pequenos produtores para abastecer equipamentos públicos como universidades, hospitais, quartéis e penitenciárias” (p.22).

Na segurança alimentar, o PAA teve um papel muito importante com relação aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), como abordado por Mello et al., (2015) são várias instituições, entidades e empresas públicas sem fins lucrativos que atendem a esta comunidade. Além de permitir um canal de comercialização mais próximo do consumidor, priorizando a qualidade e diversificação necessária dos alimentos a população, se adequando às necessidades e a cultura local.

O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) é um dos principais programas de inclusão produtiva, como definido por Sousa e Nierdele (2021), além de se destacar na sua atuação, serve como apoio para as outras políticas de inclusão. Para os povos e comunidades tradicionais buscou atender algumas particularidades das comunidades, sendo ela étnicas, culturais e linguísticas. Para Carneiro e Santos (2016, p. 172):

O acompanhamento e o monitoramento da execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais junto a famílias quilombolas, indígenas e de pescadores artesanais se deram por meio do diálogo interministerial, da contratação de consultorias, da realização de atividades de fiscalização *in loco* e da realização de Oficinas de trabalho com técnicos de ATER, famílias beneficiárias e lideranças comunitárias dos PCTs.

A importância de atender aos PCTs com programas que fortalecem suas capacidades produtivas, de acordo com Sousa (2019) é vista como essencial para a consolidação de estratégias direcionadas à sustentabilidade econômica e socioambiental que resultem em efetiva inclusão produtiva.

Com relação ao programa de fomento, Mello (2015) informa que técnicos agrícolas, compartilham seus conhecimentos sobre formas de aumentar a produção, a qualidade e o valor dos produtos. O Programa Fomento às atividades agrícolas rurais também disponibiliza recursos não reembolsáveis para serem investidos na estruturação de suas atividades produtivas.

### 1.3 Definição de povos e comunidades tradicionais

Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) são comunidades que estão unidas por suas culturas, recursos naturais e tradicionalidade. Segundo a definição do Decreto n° 6.040 de 7 de fevereiro de 2007:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Oliveira (2022) aborda que quando é conservado o conhecimento desse grupo, é conservado também toda a sua cultura e identidade. Existe uma grande diversificação cultural, cada um com sua autonomia, costumes e modo de viver. Atualmente existem 12 etnias no Estado do Pernambuco, conforme Quadro 2.

Quadro 1 – Povos indígenas em Pernambuco-PE.

Atikum	Pankararu	Kapinawá	Kambiwá
Pipipã	Fulni-ô	Truká	Pankaiwká
Tuxá	Xukuru	Entre Serras Pankararu	Pankará

Fonte: Santos (2020).

De acordo com a Funai *et al.* (2017):

[...] Atualmente a população pankararu reside principalmente em aldeias nas referidas terras indígenas, mas também em áreas urbanas e rurais vizinhas. Segundo os dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a população Pankararu conta com 7.643 indígenas. São uma parcela significativa da população dos três referidos municípios: perfazem 11% da população total ou 27%, se considerados apenas os habitantes das áreas rurais, de forma que os indígenas se colocam também como agentes marcantes nas políticas públicas municipais.

A grande densidade da população nas Aldeias fez que surgisse maior necessidade de demarcação da TI Entre Serras, como exemplificado pela Funai *et al.* (2017) algumas das aldeias com maior contingente populacional, como Brejo dos Padres, Jitó e Saco dos Barros, estão situadas nas encostas das serras na TI Pankararu, assim sofrendo uma maior pressão na vegetação local, nascentes, além da presença de muitos posseiros nas terras indígenas, influenciando fortemente na distribuição das aldeias e impedem o pleno uso do território pelos indígenas.

## METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa a metodologia foi estruturada em duas etapas. A primeira foi dedicada à revisão de bibliografia sobre inclusão produtiva rural e revisão documental sobre o povo indígena Entre Serras Pankararu da Aldeia Olho d'água do Julião. A segunda etapa dedicou-se ao trabalho de campo onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 13 indígenas entre eles dois líderes da aldeia e um Cacique, conforme tabela 1 abaixo. Além disso, tentou-se acrescentar às informações coletadas na entrevista a observação de campo das formas como essas famílias produzem e realizam atividades coletivas.

Quadro 2 – Entrevistados e suas funções.

ENTREVISTADOS	FUNÇÕES
Entrevistado 1	Morador(a) agricultor(a)
Entrevistado 2	Morador(a) agricultor(a)
Entrevistado 3	Morador(a)
Entrevistado 4	Morador(a)
Entrevistado 5	Morador(a) agricultor(a)
Entrevistado 6	Morador(a)
Entrevistado 7	Líder e morador da aldeia
Entrevistado 8	Morador(a)
Entrevistado 9	Morador(a)
Entrevistado 10	Morador agricultor(a)
Entrevistado 11	Agente indígena de saúde, morador agricultor(a)
Entrevistado 12	Cacique e morador da aldeia
Entrevistado 13	Líder e morador da aldeia

Fonte: Dados da presente pesquisa, 2023.

Para realizar as entrevistas, foram feitas perguntas semiestruturada á campo na Aldeia Olho D`água do Julião, em junho de 2023, indo de encontro a cada um dos entrevistados. As perguntas indagaram sobre o acesso da população a alguns serviços básicos de saúde, educação, habitação e acesso a programas sociais também de inclusão produtiva. Aos líderes foram questionados sobre a importância dessas políticas para a população e sobre as necessidades da população.

Todos os roteiros para as perguntas feitas na pesquisa estão em apêndice, sendo eles o termo de autorização para a pesquisa, questionário feito para a comunidade da aldeia e o questionário feito aos líderes da aldeia. Com autorização de som, imagem e informações, as entrevistas foram gravadas e posteriormente analisadas, podendo então tirar conclusões sobre o tema abordado. O roteiro foi seguido, porém foram geradas outras oportunidades de

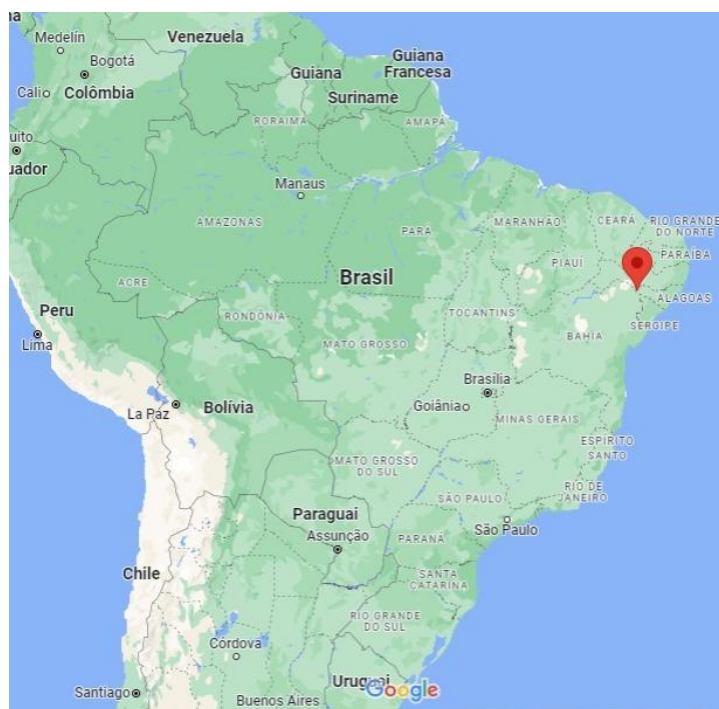
conversa que resultaram em mais informações importantes colhidas e incrementadas na pesquisa.

## 2.1 Caracterização do Local de Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada na Aldeia Olho D'água do Julião, no município de Tacaratu- Pernambuco, população atual de acordo com a agente indígena de saúde (entrevistada 11) contratada por convênio pelo (IMIP- INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA) são cerca de 385 pessoas sendo distribuídas em 180 famílias.

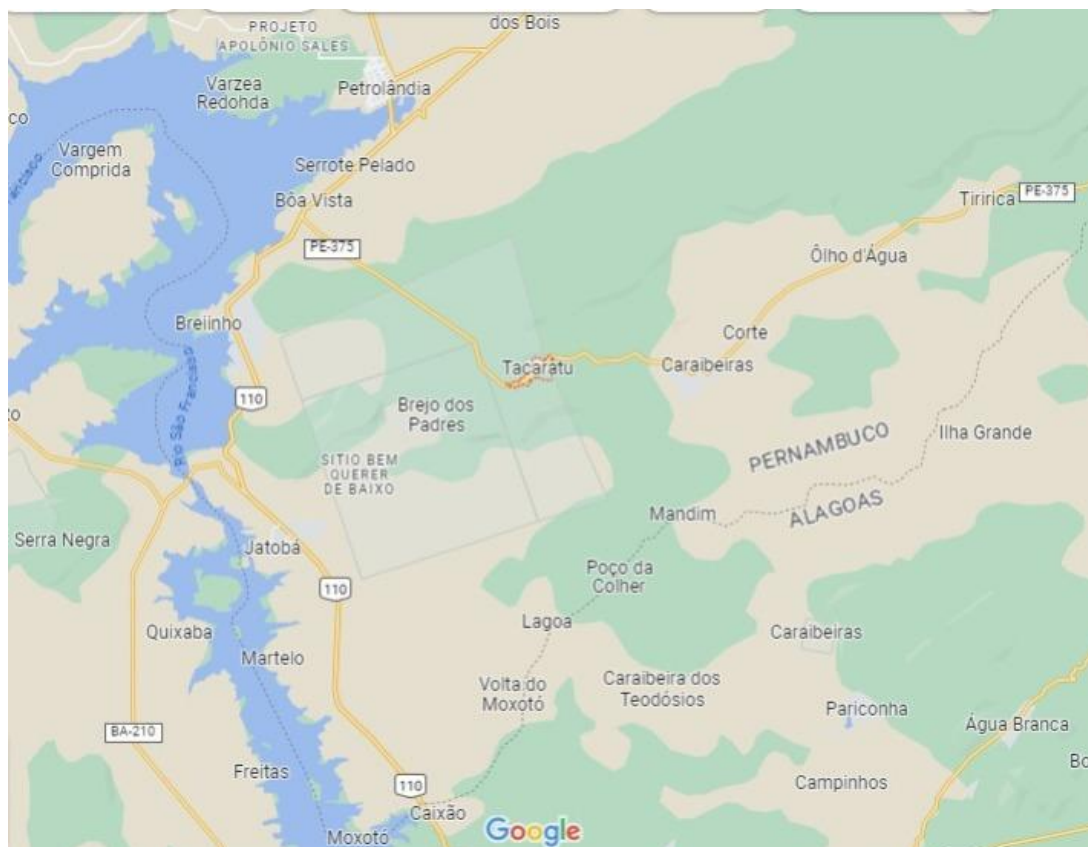
De acordo com o livro Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras Pankararu e com as histórias contadas pelas lideranças Pedro Serafim do Nascimento (entrevistado 7) e Antônio Severiano de Jesus (entrevistado 13) a Aldeia surgiu a partir da vinda de famílias não indígenas, sendo elas: José Martins, Marcelino, os Silvas, os Aurelianos e Simão. Na Figura 1 mostra onde o município de Tacaratu fica localização em relação ao mapa do Brasil, Figura 2 refere-se ao município de Tacaratu com relação ao estado de Pernambuco.

Figura 1 – Município de Tacaratu-PE com relação ao Brasil



Fonte: Google (2023).

Figura 2 – Município de Tacaratu com relação ao estado de Pernambuco-PE



Fonte: Google (2023).

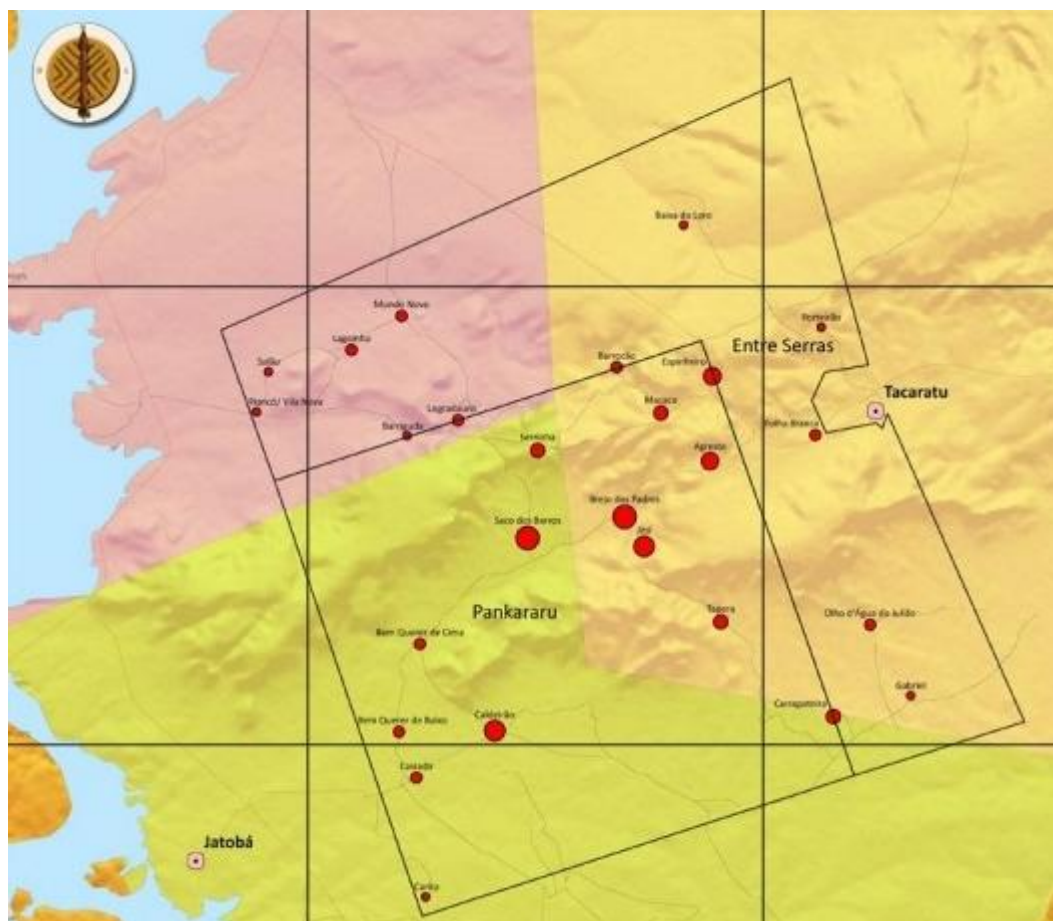
O surgimento do nome da Aldeia se deve ao fato de uma nascente no pé da serra, onde inicialmente era a única fonte de água da população. Como informado pelo líder Antônio (entrevistado 13), um dos primeiros a chegar na comunidade, primeiramente o local se chamava Olho D`água dos Aurelianos e depois com um tempo passou a ser do Julião, também nome de uma das famílias pioneiras.

Por Anjo, Carvalho e Silva (2016) o povo Entre Serras está localizado entre os municípios de Jatobá, Tacaratu e Petrolândia. O nome Entre Serras Pankararu ou Entre Serras de Pakararu se dão aos fatos de que algumas aldeias fazem limitação entre as duas terras indígenas: Pankararu e Entre Serras. Primeiramente houve a demarcação da TI Pankararu que de acordo com a Funai et al. (2017) inicialmente a área era de 14.294 hectares, porém foi demarcado somente a área de 8.100 hectares. Após lideranças organizarem movimentos pela exigência do direito do restante das terras, foi demarcado e homologado 7.750 hectares, assim nascendo a TI Entre Serras Pankararu.

Os indígenas Entre Serras Pankararu estão distribuídos entre as Aldeias: Logradouro, Barroão, Baixa do Lero, Olho D`água do Julião, Folha Branca, Mundo Novo, Lagoinha, Pianco, Barriguda, Porteirão, Villa Nova. A Aldeia Olho D`água do Julião “[..] está localizada

no território indígena Entre Serras de Pankararu, a 19 km da sede do município de Tacaratu” Funai et al. (2017). A Figura 3 mostra o mapa das Aldeias citadas e a divisão municipal.

Figura 3 – Mapa das Aldeias e a divisão municipal



Fonte: Funai *et al.* (2017).

De acordo com o Cacique Marcelo, a luta da comunidade pelos direitos vem desde os ancestrais como o avô que era o Pajé Pankararu, assim vindo de uma família tradicional de liderança, sempre se destacando na luta pelos direitos e pela terra, passando de geração em geração as conquistas pelo território. Ocorre atualmente o movimento de desintrusão de não indígenas, assim dando maior oportunidade a população, tanto em questão das terras quanto nos empregos.

Os indígenas Entre Serras Pankararu culturalmente e tradicionalmente fazem rituais como o Toré que é uma dança e música típicas e cultas aos encatandos (entidades), de acordo com a Funai *et al.* (2017) são vivenciados nas escolas com o intuito de fortalecer a cultura e de passar para uma nova geração, os conhecimentos que os antepassados deixaram para o povo.

Nos espaços sagrados dos indígenas Entre Serras Pankararu, são realizados diversos tipos de rituais. De acordo com informações dos indígenas e a Funai et al. (2017) acontece o ritual menino do rancho que consiste na entrega das crianças pelos pais em busca da cura de doenças que não foram resolvidas com remédios e a medicina dos brancos, assim como os rituais das Três Rodas celebrando a alegria por graças alcançadas, seja por enfermos que alcançaram cura ou por outras vitórias.

A corrida do imbu ou umbu conforme Santos (2020) é o principal ritual do povo Pankararu, que acontece anualmente com a chegada da safra do fruto e tem a duração de, aproximadamente, três meses desde seu início quando são flechados os primeiros frutos da safra.

Figura 4 – Ritual Toré



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 5 – Fruto Imbu ou Umbu



Fonte: Embrapa (2019).



Por conta da urbanização e de maior população de cidade e municípios vizinhos ao território Entre Serras Pankararu, de acordo com a Funai et al. (2017) com o surgimento de novos núcleos urbano, sendo eles Jatobá, Itaparica e Petrolândia, fez com que os indígenas sofressem com os impactos como violência, drogas, alcoolismo, como também causaram o aumento da pressão pelos recursos naturais e áreas cultiváveis no interior das Terras Indígenas. A próxima sessão mostrará os resultados e discussões da pesquisa feita nessa TI.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nesta sessão serão discutidas as políticas que levaram a inclusão produtiva a aldeia, sendo eles: Acesso a serviços básicos como água, energia, saneamento, saúde, educação, atividades produtivas presentes. Também políticas diretamente ligadas a produção seja ela de autoconsumo, comercialização que fizeram e se fazem necessárias para maior alcance da inclusão produtiva na aldeia.

Os indígenas Entre Serras Pankararu da aldeia Olho D`água do Julião vêm de muitas lutas para a conquista de seus direitos. Uma das questões levantadas com relação a inclusão produtiva para geração de renda e aumentar as oportunidades de trabalho conforme Favareto (2019) é que não há como falar sobre inclusão produtiva sem incluir acesso a questões que são consideradas básicas pois são problemas que podem afetar a qualidade de vida e dificultar uma possível produção de alimentos até para consumo, prejudicando além da utilização dos seus conhecimentos, os recursos naturais.

A principal fonte de renda detectada foi o programa Bolsa Família, que assim que implantado foi de grande importância devido aos altos índices de pobreza servindo como alívio imediato para algumas famílias. Como explicado por Favareto (2019) não se pode pensar em ações de fomento para agricultura sem o atendimento dos requisitos básicos de sobrevivência para que a população possa ter maior participação na vida econômica e social.

Empregos na Aldeia são precários, há sim uma parcela de moradores que trabalham nas escolas com contrato, 3 pessoas entrevistadas são professoras da escola indígena. Uma entrevistada informou que o artesanato, como tecer rede, não é muito presente na aldeia devido à distância da cidade, fica inviável a logística, além do mais é pago um valor muito baixo para muito tempo e trabalho gasto. Os homens buscam trabalho por um período em outros estados na construção civil depois retornam a seus lares.

O acesso à água nos anos 1980 era diretamente nas 2 nascentes existentes na Aldeia, localizadas na serra bem distante das moradias, onde tinha que andar quilômetros com baldes na cabeça. Esperavam a água da nascente subir em uma espécie de cocho para que pudessem revessar na retirada dessas águas, e teve posteriormente acesso proibido por posseiros. Após um período já nos anos 1990 foi perfurado um poço artesiano mais perto da comunidade, possibilitando o acesso de maneira mais fácil. As Figuras 6 e 7 mostram as nascentes sendo a Figura 8 o cocho de retirada da água.

Figura 6 – Primeira nascente



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 7 – Segunda nascente



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 8 – Cocho para retirada da água



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Além da retirada da água no poço artesiano, utilizavam para lavar roupas, louças, bebedouro para animais e servia também como um reservatório de água. Este poço há uma bomba automática que faz com que tenha sempre água, ainda em funcionamento, mas por conta da água encanada, pouco utilizado. Serviu de grande apoio por um bastante tempo até a implementação das cisternas, onde a princípio armazenava água das chuvas para uso. As Figuras 9 e 10 mostram o poço artesiano utilizado pela população.

Figura 9 – Poço artesiano



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 10 – Reservatório de água do poço artesiano



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Porém o clima semiárido da região dificulta a vinda das chuvas frequentes, de acordo com o entrevistado 1 o governo mandava um caminhão pipa abastecer as cisternas da região. Depois de um período, pararam de fornecer o abastecimento gratuito e a própria população arcava com os custos para que se pudessem encher as cisternas. Nas Figuras 11 e 12 são mostradas cisternas de 2 entrevistados.

Figura 11 – Cisterna



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 12 – Cisterna



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Atualmente algumas casas ainda utilizam as cisternas feitas de concreto e construídas em cima da terra. Por conta da seca e alguns períodos que a caixa ficou vazia, muitas delas sem uso, pois há rachaduras impossibilitando a armazenagem, acabam tendo infiltrações e derramamento da água. A figura 13 mostra uma das caixas que estão inutilizadas. Não há um plano municipal que atenda a população tanto da área urbana, quanto a rural, não possui gestão integrada de resíduos sólidos.

Figura 13 – Cisterna inutilizada



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Após a homologação, ou seja, a posse definitiva da terra indígena Entre Serras Pankararu, conforme decreto de 19 de dezembro de 2006, houve uma melhoria de acesso a serviços, inclusive foi implantado a encanação da água depois de muitas reivindicações, porém não chegando às casas onde são altas, perto das serras. Os próprios moradores se juntaram para conseguir levar a encanação para estes lugares distantes e hoje ainda não chega nessas casas e quando chega a água não possui pressão suficiente para uso. A encanação não suporta a pressão da água e frequentemente estoura como mostra a figura 14 a seguir, deixando a população em longos períodos com a falta de água, tendo que sempre manter baldes e reservatórios cheios para qualquer imprevisto. A energia desde quando implantada na aldeia nunca tiveram grandes problemas, é normal quando chove às vezes acabar, porém não se compara com a falta da água.

Figura 14 – Vazamento na encanação



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Na saúde há uma gestão entre a comunidade para que consiga uma “[...] rede de serviços nas terras indígenas, de forma a superar as deficiências de cobertura, acesso e aceitabilidade do Sistema Único de Saúde para essa população” (FUNASA et al., 2002, p.6). A Aldeia conta com o posto de saúde que atende toda a comunidade. A agente de saúde faz visitas periódicas de mês em mês na casa de cada morador da Aldeia. Informado pela

agente, antes desse processo havia muitos casos de crianças em desnutrição, depois que passou a fazer a visita, há um maior acompanhamento quanto a saúde da população. A figura 15 mostra o Posto de saúde indígena Olho D`água do Julião Entre Serras Pankararu.

Figura 15 – Posto de saúde indígena



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Normalmente a agente indígena de saúde avisa os moradores dos médicos especializados que irão ter no mês e assim faz as marcações. Relatam que a população vem aumentando e sobrecarrega a agente, pois é somente ela para toda a população, visitas, acompanhamento. Quando o caso é mais grave, as pessoas vão para cidades vizinhas como o próprio município de Tacaratu, e se necessário Recife, Caruaru, Arco verde. As estradas atualmente são de terra, tem diversos caminhos que fazem ligação á outras aldeias e aos municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia.

As escolas indígenas da Aldeia são atendidas pelo Estado, porém estão lutando por esta independência do local pois são cedidas pelo município, muitas delas são extensão de outras escolas, como a Escola Estadual Indígena Princesa Isabel- Extensão Bom Jesus, os recursos são divididos. Uma das primeiras pessoas entrevistadas, professora indígena da Aldeia fala que a escola não tem recursos próprios. A quantidade da merenda (alimentação) escolar não dura o mês todo, normalmente juntam-se os funcionários para comprar e complementar a alimentação dos alunos até completar o fim do mês. Os estudantes são buscados em casa pelo transporte estadual, porém quando chove muito as estradas ficam com irregularidades impedindo a passagem, então os estudantes que moram perto vão a pé, e os que moram longe ficam sem ir à escola.

Figura 16 – Escola Estadual Indígena Princesa Isabel- Extensão Bom Jesus



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Os indígenas possuem o direito de escolha em qual colégio ingressar, seja ele dentro da aldeia ou no próprio município. Anualmente é realizado reuniões da chamada COPIPE, movimento organizado e realizado entre os representantes dos povos indígenas no âmbito da Educação Escolar Indígenas de Pernambuco visando desenvolver ações coordenadas em prol da garantia do direito à educação escolar específica, diferenciada e intercultural no estado, discutem melhorias com a população, criam ideias para que se possa dar um norte em possíveis ações do Estado. As figuras 17, 18, 19 e 20 são da COPIPE, registros da reunião e identificação de alguns povos indígenas de Pernambuco que estava presentes, sendo eles: Pankararu, Atikum, Entre Serras Pankararu, Truká, entre diversos outros povos.

Figura 17 – Encontro COPIPE



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 18 – Reunião COPIPE



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 19 – Parcela de povos indígenas presentes na COPIPE



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 20 – Parcela de povos indígenas presentes na COPIPE



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).



Com relação a alimentação, os entrevistados relatam que precisam comprar fora da Aldeia, normalmente vão de carros, vans, motos. Compram com bastante quantidade para não precisar de muita locomoção durante o mês, pois o transporte é pago e o local mais próximo seria em Tacaratu á 19 km da Aldeia. Possuem pequena mercearia para compras de rápidas necessidades. A FUNAI distribuía cestas básicas periodicamente a população, porém atualmente não recebem mais.

Os entrevistados que possuem terra, produzem normalmente feijão de diferentes tipos, os mais comuns sendo o feijão de “Arranca” mais popularmente conhecido como carioca, feijão de corda e o Andu. Também plantam milho, melancia, mandioca. Normalmente para o consumo, porém quando há excedentes, conseguem fazer a venda na própria comunidade ou nas cidades vizinhas, o feijão sendo o principal alimento produzido e vendido.

As terras são bastante produtivas, porém ao longo período sem chuva faz com que essa produção pare por não ter água suficiente, então aproveitam o período de maio a agosto para poderem fazer as plantações e posteriormente estocarem para consumo ou venda. As terras são passadas de geração em geração, herança das famílias que são repassadas aos próximos sucessores, porém é possível fazer a venda ou compra de terrenos sendo indígenas, não sendo possível a venda e nem moradia de não indígenas. Conforme um dos líderes da Aldeia, a desintrusão que acontece na aldeia serve para dar maior oportunidade aos indígenas que não possuem o próprio lar, assim, posseiros são indenizados e o líder fica responsável em realocar o indígena que precisam do local de moradia, assim como empregos na aldeia que são ocupados por não indígenas.

Ainda há falta de políticas para a inclusão produtiva, alguns que possuem acesso ao programa de fomento, como somente uma das entrevistadas relata que recebeu o valor proposto para criação de cabras, porém sem assistência técnica para manejo ou acompanhamento e fiscalização. Tem o programa agricultura familiar auxiliado pelo IPA- Instituto Agrônomo de Pernambuco, o governo compra a produção e distribui nas escolas, porém são poucos que têm acesso a este programa.

Também, há a distribuição de sementes pelo IPA junto com a associação de agricultores articulado com o programa Garantia Safra. Precisa estar em dia com a plantação para que o programa não seja cortado da família, eles estipulam o mínimo que deve ser plantado. São disponibilizados cinco quilos de feijão e cinco quilos de milho para plantio. Há fiscalização, escolhem aleatoriamente quem deve ser fiscalizado, em caso de não cumprimento, a família fica fora do programa. Abaixo nas Figuras 21, 22, 23, 24 e 25

mostram os tipos de cultura em que aldeia mais produz. O feijão ainda prevalece como o principal alimento produzido.

Figura 21 – Feijão de corda, feijão Andu e feijão de “arranca” (carioca)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 22 – Colheita do feijão de corda



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 23 – Cultura do feijão Andu



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 24 – Cultura do feijão de feijão de “arranca” (carioca)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 25 – Cultura do milho



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 26 – Produção de milho e feijão



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

O programa Agroamigo do Banco do Nordeste é o mais utilizado na Aldeia para financiar compras de cercas, arames, porteiras. O valor a ser devolvido é menor do que o microcrédito utilizado. Esse programa tem fiscalização para saber se foi investido no projeto apresentado. A maioria dos entrevistados já teve acesso e continuam utilizando atualmente.

O Cadastro Único facilitou para a comunidade o acesso a serviços e programas. Confirmando o estudado por Favareto (2020), geralmente essas comunidades não têm conhecimento dos seus direitos e nem sabem como acessá-los. O Cadastro Único permite um

melhor acompanhamento tanto da disponibilidade dos programas, quanto a execução dos mesmos. Anteriormente, das 10 famílias entrevistadas, dez receberam o programa de fomento, nove delas receberam o programa Garantia Safra, oito o programa de cisternas e agroamigo, sendo sete pessoas que tiveram acesso ao Bolsa Família. Somente uma delas já esteve vinculada aos mercados institucionais.

Conforme Tabela 1 abaixo, atualmente os benefícios estão distribuídos da seguinte forma: três famílias recebem o bolsa família sendo para duas delas a principal fonte de renda; oito recebem o programa de fomento, sete a garantia safra, dois não recebem água encanada, quatro ainda utilizam a cisterna. Em relação às cisternas, duas delas permanecem em bom estado, porém uma das famílias, que não recebem água encanada, depende da cisterna, mas não conseguem aproveitar 100 por cento por conta de infiltrações e rachaduras que não suportam o volume da água. As compras institucionais esse ano ainda não foram divulgadas e não há certeza que chegue essa ação à Aldeia. O Agroamigo atende sete das pessoas entrevistadas no momento.

Tabela 1 – Distribuição dos benefícios

<b>Políticas de IPR</b>	<b>Já teve ou tem acesso</b>	<b>Utiliza atualmente</b>
Fomento: sementes	10	8
Garantia Safra	9	7
Agroamigo	8	7
Compras Institucionais	1	0
Bolsa Família	7	3
Cisternas	8	4

Fonte: Dados da presente pesquisa, 2023.

É importante a criação de políticas públicas para que os povos e comunidades tradicionais que levem em conta as especificidades históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas desse público. O Cacique informa que quando as políticas de agricultura familiar chegam à Aldeia, chegam muito tarde, com pouca abrangência, não alcançando atender a totalidade de famílias. É necessário que sejam feitas adaptações à realidade da população.

Entra então no cenário a inclusão produtiva, que normalmente é idealizada como o fortalecimento das capacidades produtivas, junto com capacitações para que os grupos excluídos possam acessar os mercados e gerar renda. Porém, “muitas vezes essas capacidades são restringidas pela simples ausência de condições básicas de saúde, infraestrutura, alimentação” (FAVARETO *et al.* 2022, p.12). Embora, as transferências monetárias sejam

muito relevantes para favorecer a melhoria nas condições de vida dessas famílias, com os anos ela vai ficando insustentável criando uma dependência.

Nesse sentido, não é suficiente somente a transferência de renda, faz se necessário uma adaptação do contexto social daquela população ali inserida, para que se possam saber quais as necessidades atuais e que, em um conjunto de políticas faça com que tire os indígenas. Entre Serras Pankararu da situação de marginalidade. “Dessa forma, entende-se que a renda é essencial para identificação da pobreza, mas que, no entanto, precisa estar aliada a ações e programas que visem o acesso a bens, recursos e serviços sociais” (CARNEIRO; SANTOS, 2016, p. 169).

Conclui-se que os indígenas da Aldeia Olho D`água do Julião são exemplos de luta para conquista de seus direitos. Basicamente todos os serviços básicos que atualmente possuem acesso foram por conta de reivindicações feitas pelos líderes e pela população. Há sim falta de cobertura de políticas públicas de inclusão produtiva que integre além dos serviços básicos, a produção de alimentos para autoconsumo ou venda.

Deve haver não somente a oferta de políticas públicas, mas sim como mostra Favareto (2019) implementá-las em um seguimento e tempo de execução que favoreça a integração e otimização dos efeitos, assim sendo fundamental tanto para dialogar com as especificidades da população como também o governo economizaria recursos

[...] tão importante quanto os rendimentos financeiros são aqueles outros que afetam decisivamente o bem-estar e a condição de vida mas que não podem ser medidos por fluxos monetários: é o caso da produção para o autoconsumo, extremamente relevante para a segurança alimentar e nutricional; é o caso das condições de habitação, igualmente importantes para o bem-estar e mesmo para a economia de recursos financeiros. Tudo isso afeta as condições de produtividade desta população. (p. 38)

Levar aos PCTs ações de inclusão produtiva, como o Programa de Fomento, demonstra o reconhecimento da importância de se garantir ações estruturantes que visem à melhoria da condição de vida e promoção da segurança alimentar e nutricional a essa população. Deve haver complementariedade e não dependência de um só programa (FAVARETO, 2019), como algumas famílias na aldeia que só recebem o bolsa família.

Então pode-se dizer que o PBSM funcionou no quesito implementar as políticas e inclusão produtiva, mas nem sempre chegou às mesmas famílias, resultando assim como analisa Favareto (2019, p.35) “em uma conseqüente fragmentação de iniciativas e escala restrita”. Para Mello (2018, p. 110):

[...] A existência de políticas consideradas adequadas e voltadas para a melhoria das condições de vida dos mais pobres não foi assumida como condição suficiente para afirmar que eles seriam alcançados por essas ações de maneira automática. Um dos maiores desafios e principais avanços buscados por inúmeras políticas na área de desenvolvimento social é garantir a articulação e a simultaneidade das ações direcionadas à população mais vulnerável.

Então não houve uma plena coordenação dessas políticas de IPR capaz de unificar e atender a toda a população. Em partes funcionou pois não ficaram sem receber as políticas, mas não houve uma integração para que em conjunto pudesse obter um maior aproveitamento tanto das condições básicas quanto das políticas de inclusão produtiva, além de não ter uma maior capilaridade entre a população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas que beneficiaram o povo indígena Entre Serras da Aldeia Olho D'água do Julião foram: Bolsa Família, Programa de Cisternas; Agroamigo (Banco do Nordeste); Programa de fomento (sementes) e Garantia Safra; Compras institucionais. As políticas de inclusão produtiva com relação a produção seja ela de autoconsumo, comercialização ou compras institucionais chegam à população e a maioria tem ou já teve acesso. Apesar desses programas de inclusão produtiva chegar aos indígenas, ainda há uma baixa cobertura. Além da deficiência de assistência à população.

Já as políticas de para as condições básicas que se fazem importante para haver uma total inclusão produtiva são deficientes, não atendem toda a população, como a água das cisternas ou encanada, não tem saneamento básico, na saúde apesar de terem acesso precisa de mais profissionais para atender a população, na educação frequentemente falta alimentação aos alunos, as estradas quando chove fica impossível do carro escolar passar, os que não conseguem ir sem esse carro ficam sem aula. Essas então não atendendo às particularidades da Aldeia.

As limitações de pesquisa se deram pelo fato de que não foi possível entrevistar a todos os moradores e agricultores da aldeia, por isso, o estudo foi feito com uma parcela de 13 pessoas escolhidas aleatoriamente que poderiam ou não serem agricultores familiares.

Esta foi uma primeira aproximação a um processo de inclusão produtiva. Embora, a atuação dessa política é bem tímida na aldeia estudada, como sugestão de pesquisa, valeria a

pena em outras investigações identificar o porquê isso acontece e que poderia ser feito para que as políticas sociais e produtivas cheguem aos que mais as necessitam.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.145, de 26 de maio de 2006**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 2, 26 maio 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/dnn/dnn11145.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn11145.htm). Acesso em: 20 jul. 2023.

CARNEIRO, Camila; SANTOS, Celiana Nogueira. A importância do programa de fomento às atividades produtivas rurais para a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 2, p. 164-175, 2016.

DE FRANÇA MARCELA BAUE, V. S. V. D. M. M. R. D. S. P. G. C. F. J. M. **Inclusão Produtiva no Brasil**: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda. 2019. Disponível em: <https://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil>.

DE OLIVEIRA, Valéria dos Santos et al. Alternativas ao desenvolvimento econômico: diálogos na perspectiva do Bem Viver e dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, p. e11839-e11839, 2022.

DOS ANJOS, Antonia Marina Pereira; DE CARVALHO, Flaviana Monteiro; DA SILVA, João Luiz. Povo Entre Serras: As Mudanças no Contexto Educacional após Processo de Estadualização das Escolas Indígenas de Pernambuco. Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, v. 4, n. 6, p. 55-76, 2016.

FAVARETO, A. **A Estratégia de Inclusão Produtiva Rural do Programa Brasil Sem Miséria**: arranjo institucional, implementação e aprendizados. Relatório. Banco Mundial. 2019.

FAVARETO, A.; VAHDAT, V.; FAVARÃO, C.; FERNANDES, B. Relatório Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano 2022. São Paulo: Cebrap, Fundação Arymax, Fundação Tide Setubal, Instituto humanize. 2022.

FUNAI. Etnomapeamento e território indígena: o caso das terras indígenas localizadas entre as serras de Pankararu, PE. **Boletim Eletrônico da Coordenação Geral de Gestão Ambiental**, [SI], v. 1, n. 1, pág. 30-34, jul. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/2017/etnomapeamento-ti-entre-serras-de-pankararu.pdf> . Acesso em: 20 jul. 2023.

MELLO, Janine. A inclusão produtiva rural no Brasil sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. **Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 23, 2015. Disponível em:



[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023\\_%20FINAL\\_910.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023_%20FINAL_910.pdf). Acesso em: 18 jul. 2023.

MELLO, Janine. Plano Brasil sem Miséria: Avanços e Desafios. In Mello, J. Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural. IPEA: Brasília, 2018. Disponível em:

[https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34512](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=34512). Acesso em 20 jul. 2023.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS, Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Quem São**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em: 26 jul. 2023

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]:II VIGISAN : relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022

SANTOS, Andeson Cleomar dos et al. Sons, torés e toantes da corrida do imbu: afirmação e reafirmação do ser indígena Pankararu. 2020. repositorio.ufba.br, 5 out. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34900>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUSA, Diego Neves de. **O que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares?** Um estudo de revisão bibliométrica, Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 36, n. 1, 1, e26347, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/26347/14417> . Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUSA, Diego Neves de.; NIEDERLE, Paulo. **Extensão rural e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Brasil:** (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas. Desenvolvimento em Debate, v.9, n.2, maio-ago. 2021, p.11-29.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Termo de Autorização da Pesquisa

Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária  
Curso de Gestão de Agronegócios  
Sylvia Severiano Correia 18/0027921

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado TCC, sob responsabilidade de Sylvia Severiano Correia, vinculado(a) a Universidade de Brasília- UnB, a monografia apresentada ao curso de Ggestão de Aagronegócios, da Ffaculdade de Agronomia e Medicina Veterinária como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Gestão de Agronegócios.

Minha imagem, som de voz e informações fornecidas podem ser utilizadas apenas para utilizar análise por responsabilidade da equipe de pesquisa, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem, nem som de voz ou informações por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens, sons de voz e informações são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem, som de voz e informações.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_  
Sylvia Severiano Correia  
(Pesquisadora)

XXX, \_\_\_\_\_ de \_\_Junho\_\_ de \_2023\_\_\_\_\_.

## **Apêndice B – Roteiro das entrevistas realizadas com a comunidade da aldeia**

Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária  
Curso de Gestão de Agronegócios  
Sylvia Severiano Correia 18/0027921

Apresentar o trabalho

Perguntar se pode gravar

Qual é o objetivo: TCC – conhecer a execução das PP para comunidades indígenas.

1. Contém a história deles e da aldeia. Qual é a história dessa comunidade.
2. Caracterização dessa comunidade (quantos são, mulheres, homens, jovens); escolaridade, acesso a saúde, acesso a escola, acesso a assistência técnica, infraestrutura básica (caminhos rurais, estradas); entrepostos? Associações, cooperativa, onde vendem os produtos, onde compram seus alimentos, há produção de autoconsumo?

### **Perguntas**

-Você foi inscrito (a) no cadastro único? – Bolsa família

-Programa e 1ª e 2ª água chegou à região? Vocês foram beneficiados? Sabe quantas pessoas foram beneficiadas? Você teria alguma observação sobre esse programa? Você teve acesso á cisternas? Quão importante foi para você? Ajudou na produção de alimentos, criação de animais e consumo próprio? E a energia, foi de fácil acesso ter em sua residência?

-Você recebeu apoio técnico? Algum profissional veio ensinar ou até mesmo aperfeiçoar as suas técnicas para produção? Houve acompanhamento? Teve acesso á crédito? Veio alguém oferecer microcrédito desenhando algum projeto para que possa executar em sua propriedade?

-Houve comercialização de sua produção? O próprio governo garantiu a compra dos alimentos produzidos? Para onde foi sua produção?

-Teve acesso ao programa bolsa verde? Dinheiro repassado a famílias que se comprometiam a ser sustentáveis e conservar os recursos naturais recebiam através do cartão bolsa família ou cartão cidadão um valor de R\$ 300,00.

-Você que teve filho, teve acesso à escola em tempo integral ou a creches? Como é alimentação?

## **Apêndice C – Roteiro das entrevistas realizadas com os líderes da aldeia**

Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária  
Curso de Gestão de Agronegócios  
Sylvia Severiano Correia 18/0027921

- 1- Você como líder indígena, como você identifica as necessidades da população?
- 2- Como são feitas as articulações? Você repassa ao Estado? Tem reuniões? Em quais períodos?
- 3- Normalmente o que é reivindicado realmente é resolvido?
- 4- Atualmente, quais são as maiores necessidades da população?
- 5- Os programas do governo são de fácil acesso aos indígenas?
- 6- Qual é as principais fontes de renda? Agricultura familiar? Programas sociais como bolsa família?
- 7- Com relação a agricultura familiar, qual a maior dificuldade que os indígenas possuem para acesso aos programas sociais? Falta de informação do governo? Falta de assistência técnica?
- 8- Qual a importância do seu papel como Cacique/Líder tendo em vista a comunidade indígena?